

Bares e discotecas reabrem, mas com que riscos?



Sebastião Almeida 24 de setembro

Depois de ano e meio com restrições à atividade, bares e discotecas reabrem a 1 de outubro, dia em que arranca a última fase do plano de desconfinamento traçado pelo Governo. Para entrar, não há máscara e basta mostrar o certificado. É essencial garantir "ventilação adequada", defende epidemiologista.

Um ano e seis meses. Foi este o tempo que demorou até chegar o dia em que as discotecas e bares receberam luz verde para reabrir ao público. Com a entrada na terceira e última fase do desconfinamento a 1 de outubro, anunciada pelo Governo depois da reunião do Conselho de Ministros de quinta-feira, o País ensaia agora um regresso à normalidade pré-pandémica, sustentado pela concretização do objetivo de ter 85% da população vacinada contra a covid-19 à data.



Bares e discotecas abrem a 1 de outubro sem restrições de ocupação

O setor dos espaços de diversão noturna será, provavelmente, um dos mais atingidos pelas medidas de combate à pandemia – algumas associações reportam prejuízos incalculáveis, mas a reabertura chega dentro de uma semana. A partir da próxima sexta-feira, os bares e as discotecas de todo o País voltam a poder passar música e a juntar pessoas na pista de dança. Para aceder ao seu interior, basta a apresentação do certificado digital de vacinação ou, no caso de não o ter, um teste negativo à covid-19. Também os restaurantes deixam de

ter limitações de ocupação e cai a obrigação de apresentação de teste negativos ou de certificado de vacinação ao fim-de-semana.

Apesar do levantamento destas e de outras restrições, o vírus continua em circulação e, para Manuel Carmo Gomes, epidemiologista e professor na Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa ouvido pela **SÁBADO**, os bares e discotecas "são dos locais de mais alto risco" em termos de transmissão do vírus. "A densidade é alta, a ventilação não existe ou é deficitária e é onde as pessoas tendem a falar mais alto", considera. Esses fatores, aponta, são "do pior para criar nuvens de aerossóis", o principal fenómeno pela ampla propagação do SARS-COV-2, vírus que provoca a doença covid-19.

Para o epidemiologista que integrou o painel de especialistas que aconselhou o Governo por várias vezes nas decisões a tomar para fazer face à pandemia, "do ponto de vista epidemiológico é completamente desaconselhável a abertura dos bares e discotecas", ainda que reconheça que se trata de um setor de atividade que corresponde a várias necessidades por colmatar, com especial incidência para os mais jovens, e dos mais afetados pela crise.

A obrigatoriedade do uso de máscara no interior de bares e discotecas, segundo explicou o primeiro-ministro António Costa, durante a conferência de imprensa de ontem, quinta-feira, "não faz sentido" e, por isso, optou-se pela apresentação do certificado, que o epidemiologista considera ser "fundamental". "É importante saber que se está seguro já que as máscaras são incompatíveis", afirmou. Manuel Carmo Gomes descarta também a eficiência da apresentação de um teste negativo à entrada: "mostrar o teste não dá mais segurança. Pode ser um teste feito fora do *timing* certo", elucida. "Quando se pondera o risco e o aspeto prático, optaria pelo certificado."

Ainda que o risco se mantenha (sendo transversal a várias atividades no nosso quotidiano), a vacinação de uma grande fatia da população traz alguma segurança, considera o epidemiologista. "Uma coisa é estar infetado, outra é ter a capacidade de emitir partículas com carga viral alta", defende. Manuel Carmo Gomes chama a atenção para a evidência científica que começa a surgir que aponta que, "aparentemente, quem está vacinado tem menos partículas virais" e que quando as emite, essas partículas virais "estão rodeadas de anticorpos, que impede de infetar os outros", continua, ressaltando que se tratam de estudos ainda inconclusivos e que se encontram numa espécie de "zona cinzenta".

A partir da próxima semana, os restaurantes deixam também de impor limites de ocupação, o uso de máscara no seu interior cai e o certificado digital passa a poder ficar à porta. Sendo locais em que se passa algum tempo, isto é, por norma mais de 15 minutos, o distanciamento e a volumetria do espaço são fundamentais para estar em segurança, defende Manuel Carmo Gomes.

"Se tivesse de recomendar algo, seria a garantia de uma ventilação adequada", refere o epidemiologista à **SÁBADO**. Mais do que a utilização do certificado digital, o investimento na utilização de "sistemas que extraem e renovam o ar", são o melhor argumento para dar confiança a quem frequenta estes locais, conclui.